

CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR
ATA da 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Ata da 17ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual da Economia Solidária do Estado do
2 Paraná, coordenada pela Presidente **Suelen Glinski Rodrigues dos Santos** (SETR),
3 realizada no dia 20 de Fevereiro de 2024, com início às 14h00 horas, no Palácio das
4 Araucárias – Curitiba, Rua Jacy Loureiro de Campos s/nº, CEP 82590-300, Curitiba/PR.
5 Participaram os seguintes representantes das entidades que compõem o Conselho
6 Estadual da Economia Solidária – CEES: Suelen Glinski Rodrigues dos Santos,
7 representante da Secretaria de Estadual do Trabalho, Qualificação e Renda (SETR);
8 Rodriano de Souza, representante da Superintendência Geral de Diálogo e Interação
9 Social (SUDIS); Maria Luísa Carvalho, representante da Rede de Incubadoras
10 Universitárias de Apoio e Fomento à Economia Solidária – RIU/PR; Valdenir Batista
11 Veloso Neto (Secretaria da Agricultura e Abastecimento); Maria de Fátima de
12 Costamilan representante da ONG Moradia e Cidadania Paraná, Tânia Mara Jubanski
13 dos Santos, representante da Rede Paranaense de Economia Solidária / Rede Mandala.
14 Suplente: Amanda Correia dos Santos (SETR); Rosângela Rigoni (Cáritas Brasileira –
15 Regional Paraná); Edson Leonardo Pilati, representante pela rede Cooperativa Mista de
16 Agra industrialização Comercialização da Agricultura Familiar e Reforma Agrária –
17 Copernaturingá; Desireé Barbosa Santiago (SUDIS); **Convidados:** Rosalba (Rede de
18 Padarias Comunitárias), Jackson Tessano (Copasol), Ana Nunes (Tecsol), Adriana Kampa
19 (Diretora de Fomento e Renda - SETR), Luis Vequino (Associação Utopia), Manuela Brasil
20 (Incubadora IESOL), Bernadete (Feira Permanente), Patrícia Gimenez Kairoz (ECOSOL
21 Colombo), Vanda de Assis (Cefuria), Durce Figueiredo (CIPP), Sol (Doce Arte). Tendo
22 como **pauta:** **1. Abertura da Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Economia**
23 **Solidária no Paraná CEES; 2. Calendário 2024 3. Tempo de Gestão dos Conselheiros**
24 **CEES. Pauta 1.** Presidente Suelen inicia a 17ª Reunião Ordinária, agradecendo a
25 presença de todos os participantes, destaca o avanço na economia solidária e ressalta
26 que o progresso não depende apenas do Estado, mas também do Governo Federal.
27 Menciona como exemplo o processo do Cadsol, no qual foi realizada uma capacitação e
28 iniciado o cadastramento piloto. Entretanto, aponta que houve entraves, como a
29 demora na resposta sobre o fundo, que só foi esclarecido no final do ano de 2023. E
30 para o ano de 2024, as expectativas são elevadas, especialmente após a realização de
31 cinco mostras onde duas foram realizadas em Curitiba e nascidades como Londrina,
32 Maringá e Matinhos. Essas iniciativas resultaram em um grande avanço, com mais de
33 200 empreendimentos alcançando cerca de R\$ 50.000 em vendas. Presidente destaca
34 também a apresentação de projetos à Casa Civil e ao Governador, que está sendo
35 realizado pela suplente Amanda, onde a Diretora Adriana Kampa e Diretor geral Kevin
36 Bossa, estão buscando recursos para fortalecer a política pública de economia
37 solidária. Presidente Suelen dá início a aprovação das pautas, sendo elas aprovadas pelos
38 demais conselheiros e com um informe da conselheira Tania, onde a mesma faz parte
39 do GT do CADSOL Nacional, no qual foi indicada pelo fórum nacional. Ela explica que o

CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR
ATA da 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

40 grupo realiza reuniões semanais todas as segundas pela manhã e está atualmente
41 trabalhando na elaboração de uma carta destinada à Senaes. Na carta, destacam-se
42 algumas considerações sobre o cadastro do Cadsol. Conselheira Tania ressalta que
43 existem questões contraditórias relacionadas ao que é considerado empreendimento e
44 ao CNPJ. Em particular, aponta que, como o Cadsol é um cadastro de economia
45 solidária, não deveria permitir o CNPJ do MEI (Microempreendedor Individual), mas essa
46 possibilidade está presente no cadastro. Outra preocupação abordada na carta é a
47 inclusão de CPFs, assim foi solicitada a inclusão de mais CPFs de empreendimentos no
48 cadastro. Surgiu dúvidas também referentes a pessoas que são pensionistas. Há o risco
49 de essas pessoas perderem o benefício caso seus CPFs sejam cadastrados como
50 empreendimentos no Cadsol. Essa questão tem impactado no avanço do Cadsol, pois
51 gera dúvidas e impasses. A mesma informa que estão finalizando a carta para
52 encaminhá-la à Senaes, buscando uma definição para essas questões e possíveis ajustes
53 no cadastro do Cadsol. Suplente Amanda pergunta a conselheira Tania sobre a
54 participação do governo federal no GT, conselheira esclarece que atualmente é
55 composto apenas por fóruns e coordenação nacional, sem a presença direta do governo
56 federal, suplente Amanda relata que a cada 15 dias são enviados ofícios e e-mails para a
57 Senaes solicitando um parecer com uma previsão para que possam se organizar.
58 Presidente Suelen, adiciona que ela e Amanda participaram de um encontro de gestores
59 em 2023, representando a secretaria. Nesse encontro, juntamente com a equipe de
60 Gilberto e Renata foi sugerido retomar a comissão estadual no Paraná para que o estado
61 pudesse ser um piloto no novo Cadsol. A mesma destaca a agilidade de reuniões de
62 treinamento e capacitação pelo Ministério, sugerindo mudanças na plataforma e
63 realizando testes. No entanto, ainda aguardam o retorno do Governo Federal, incluindo
64 o manual e o lançamento, sem resultados até o momento. O Conselheiro Rodriano
65 menciona que também foi prometido fornecer material de divulgação. Presidente
66 Suelen fala que na última conversa com a SENAES, indicaram que poderiam avançar
67 com os cadastros no Paraná este ano, começando pela capacitação das equipes, pontua
68 que a SENAES tem uma equipe reduzida, o que contribui para a demora nas respostas e
69 atrasos no processo em todo o país. **Item 2. Tempo de gestão dos conselheiros.**
70 Presidente pede para alterar a sequência da pauta, porque para ter a definição do
71 calendário e retomar as viagens precisará regularizar a documentação, todos os
72 conselheiros concordam. Diretora Adriana relata sobre a pressão para desenvolver
73 novos projetos na área de economia solidária. Ela menciona que o Diretor-Geral passou
74 a demanda de criação de centros comunitários e solicita a ajuda dos conselheiros para
75 analisar a viabilidade técnica e as condições necessárias para estabelecer um centro
76 comunitário em Curitiba. O objetivo é apresentar essa proposta em 30 dias, permitindo
77 que a Suplente Amanda finalize a proposta para encaminha. Conselheira Fátima pede
78 esclarecimentos à Diretora Adriana sobre o prazo de 30 dias e questiona sobre o que

CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR
ATA da 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

79 exatamente seria esse centro comunitário e qual é a proposta específica em discussão.
80 Diretora Adriana responde à Conselheira Fátima explicando que, à semelhança do
81 centro comunitário já existente em Londrina, a proposta é desenvolver um projeto
82 semelhante em Curitiba. Esse centro comunitário tem sido benéfico para os
83 empreendimentos na região. A mesma destaca que o projeto será fundamentado com
84 valores e busca-se identificar o melhor local para implementar o centro na capital
85 paranaense desta forma buscaremos levantar os valores e viabilidade para a execução
86 do programa no primeiro semestre. Conselheira Fátima questiona se o centro público
87 mencionado pela Diretora Adriana está em conformidade com a lei. Diretora Adriana
88 responde afirmativamente. No entanto, conselheira Fátima destaca que o decreto
89 nº4230, que revoga o art. 11 da Lei estadual de economia solidária nº19.408 (a lei
90 correta é nº19.784), apresenta uma polêmica que deveria ser tratada em uma pauta
91 específica. Ela menciona que o decreto foi revogado em 29/11/2023, surpreendendo os
92 conselheiros que não tinham conhecimento prévio desse acontecimento. A mesma
93 aponta que há uma aparente desconexão nos dois assuntos, já que o decreto foi
94 recentemente revogado, conselheira Fátima expressa à necessidade de maior
95 alinhamento na comunicação. Diretora Adriana esclarece que o projeto em discussão
96 foi acordado com o Diretor-Geral (DG), que solicitou o estudo de viabilidade para a
97 implementação do projeto com respaldo técnico e jurídico, e a Suplente Amanda está
98 ciente da necessidade de dar andamento o quanto antes. Presidente Suelen destaca
99 que, apesar da revogação do artigo, o projeto pode continuar, pois tem o aval do
100 Secretário Mauro Moraes e do Diretor Geral Kevin. Ela informa que o financiamento será
101 feito com recursos públicos provenientes da fonte do estado ou da fonte dotesouro,
102 sendo um apoio do governo estadual. Presidente Suelen aborda a questão da Lei
103 nº19.784 (Lei Estadual de Economia Solidária) mencionada pela Conselheira Fátima,
104 concordando que será necessário marcar uma data específica para a discussão desse
105 tema, conselheira Maria Luisa esclarece uma dúvida relacionada ao centro público,
106 expressando sua felicidade, mas também surpresa com o prazo de trinta dias para
107 encaminhar a documentação, sem um diálogo prévio com a sociedade civil e o
108 conselho. Ela destaca a importância do diálogo com os trabalhadores e trabalhadoras,
109 compreendendo a relevância de saber onde o centro público será localizado, a mesma
110 ressalta a experiência da viagem a Londrina e destaca que os centros públicos são
111 espaços multifuncionais na economia solidária, servindo para diversas finalidades, como
112 comercialização, apoio ao emprego e renda, reuniões e ações. Ela enfatiza a importância
113 de uma localização estratégica para o sucesso do centro público, menciona o estudo de
114 conclusão de curso da arquiteta Raiane, que trabalha na Caritas, que teve como foco
115 central "Centro Público de Economia Solidária". Conselheira Maria Luisa sugere a
116 realização de uma reunião para discutir a ideia e construir democraticamente o projeto,
117 alinhando-o aos princípios da economia solidária, Durce destaca o comentário feito

CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR
ATA da 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

118 pelos conselheiros sobre o centro público em Londrina e compartilha a experiência de
119 São José dos Pinhais, onde, em 2012, foi construído um centro público que agora possui
120 duas unidades operacionais na Rua XV. Ela ressalta que não é uma tarefa fácil e que é
121 necessário realizar um estudo aprofundado. Durce expressa surpresa com o prazo de
122 trinta dias para apresentar o projeto, afirmando que não se trata apenas de oferecer um
123 estudo, mas de um processo que deve ser pensado e debatido dentro do conselho,
124 considerando qual é o modelo de centro público que o movimento deseja. Ela destaca a
125 importância de um diálogo mais amplo e reflexivo sobre o assunto. Presidente Suelen
126 esclarece que o prazo mencionado pela Diretora Adriana é mais para dar início ao
127 protocolo. A Suplente Amanda acrescenta que o protocolo já foi iniciado e destaca a
128 necessidade de estruturar a parte técnica proveniente da secretaria. Ela menciona que
129 estão levantando a pauta para debater em conjunto com os conselheiros, especialmente
130 em relação à demanda. A mesma destaca que o estudo da Raiane será de grande ajuda
131 e sugere estabelecer um canal de comunicação com o fórum ou outras reuniões para
132 trazer informações adicionais, permitindo que justifiquem adequadamente o projeto. O
133 diálogo contínuo com os conselheiros e a comunicação transparente é ressaltado como
134 elementos essenciais nesse processo. Patrícia (representante do CADSOL de Colombo)
135 relata que em Colombo a prefeitura cedeu um espaço na gruta do Bacaipava,
136 destacando que é um local grande com cozinha e espaço para reuniões e capacitação.
137 Ela menciona que questionou a formação do conselho local, que ainda não está
138 estabelecido. Patrícia também levantou a questão da localização, indicando que a gruta
139 do Bacaipava é um local um tanto contramão para a cidade de Colombo. Ela planeja
140 abordar esse ponto novamente em uma reunião futura na quinta-feira, buscando
141 argumentar com a prefeitura para obter um espaço mais movimentado, como a
142 regional do Osasco, Guaraituba ou Maracanã, que tem maior acesso às pessoas, o
143 objetivo é encontrar uma localização mais estratégica para os empreendimentos.
144 Conselheira Maria de Fátima expressa sua preocupação em relação aos pontos citados
145 sobre a função do centro público, enfatizando que não é apenas um espaço de
146 comercialização, mas também um local para formação, capacitação e articulação com os
147 empreendimentos. A mesma menciona que essas características foram revogadas na Lei
148 nº 19.784 e expressa a preocupação de não querer apenas um projeto que possa ser
149 descontinuado com as mudanças no governo, troca de pessoal na secretaria, e que
150 enfrentar esse desafio é crucial para a implementação efetiva da lei. Conselheira Fátima
151 sugere tratar esse assunto como pauta de uma reunião extraordinária, focando na
152 revogação do decreto, ressalta que o objetivo não é apenas ter um projeto, mas garantir
153 uma política pública que assegure aos trabalhadores e trabalhadoras a permanência,
154 independentemente de quem estiver no governo. Essa abordagem visa criar uma base
155 mais sólida e duradoura para a economia solidária no contexto estadual, Presidente
156 Suelen concorda, afirmando que a intenção é que o centro público permaneça

CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR
ATA da 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

157 independente do governo. Ela destaca que o objetivo não é apenas implementar um
158 projeto, mas sim fazer com que o conceito funcione e tenha continuidade ao longo do
159 tempo. A mesma reitera o compromisso de garantir que a economia solidária seja uma
160 política pública duradoura, independentemente das mudanças no cenário político,
161 Conselheiro Rodriano esclarece uma dúvida sobre se o projeto precisa apresentar o
162 local físico no momento ou se está sendo feita apenas uma previsão orçamentária. Ele
163 sugere a possibilidade de ter mais tempo para que a discussão seja mais elaborada,
164 suplente Amanda destaca que, levantar a questão da demanda e as especificidades que
165 podem atender os empreendimentos e entidades de apoio, são prioridades pois não é
166 possível pensar no local de imediato. A mesma sugere que, ao delimitar o plano, a ideia
167 é trazer informações dos empreendimentos, entidades de apoio e representantes do
168 fórum, para que possam apresentar propostas do que acreditam que atenderia melhor.
169 Enfatiza também a importância dessas informações para analisar a parte jurídica e
170 financeira do projeto de maneira mais fundamentada. Rosalba destaca a importância de
171 envolver os representantes de todos os empreendimentos de economia solidária do
172 estado, sugerindo até mesmo a participação por vídeo chamada. Ela ressalta a
173 necessidade de uma política pública robusta e acredita que tirar projetos do local não é
174 viável. Rosalba expressa a visão de que a economia solidária deve ser construída de
175 baixo para cima, não o contrário. Ela enfatiza a importância de iniciar as conversas com
176 os empreendimentos para entender suas necessidades antes de começar a implementar
177 projetos, pois são eles que estarão trabalhando diariamente no centro e, portanto,
178 devem ser ouvidos em primeiro lugar. Conselheira Rosângela solicita esclarecimentos
179 sobre a legitimidade da reunião do conselho, questionando se há autorização para
180 realizar a reunião, considerando que foi enviado que os conselheiros estão com o prazo
181 de gestão encerrado. Ela expressa a importância de compreender se há legitimidade
182 para a reunião, principalmente para aqueles que fazem parte do Conselho Popular de
183 Economia Solidária. A mesma menciona ter causado estranheza ao deparar-se com um
184 documento que prorroga o mandato do presidente até 2025 publicado no site. Como
185 representante de uma entidade de apoio, ela destaca o papel de proteger e fortalecer
186 os empreendimentos, questionando sua presença no conselho se não há clareza quanto
187 à legitimidade da reunião. Presidente Suelen esclarece que a reunião não é deliberativa,
188 pois não há nada a ser votado. A finalidade é compartilhar informações sobre o
189 andamento das questões e organizar as atividades para o ano de 2024. A mesma afirma
190 desconhecer o comentário da Conselheira Rosângela sobre a prorrogação do mandato
191 até 2025, destacando que a intenção é apenas discutir e planejar as ações do conselho
192 para o ano em curso. Conselheiro Neto sugere que a equipe da secretaria se reúna com
193 o Secretário Ricardo Barros para discutir o projeto da secretaria de Indústria e Comércio
194 sobre a implementação de barracões industriais no estado. Ele propõe aproveitar
195 algumas parcelas desse projeto para avaliar a viabilidade junto à economia solidária,

CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR
ATA da 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

196 pois pode-se explorar a possibilidade de expandir os centros públicos de economia
197 solidária por meio da Secretaria de Indústria e Comércio, utilizando emendas
198 parlamentares federais. Ele também solicita uma consulta ao jurídico da Secretaria do
199 Trabalho para avaliar a legitimidade de conselheiros que representam entidades da
200 sociedade civil e ocupam cargos em comissão em órgãos do estado. Conselheira Tania
201 pergunta ao conselheiro Neto se a ideia é utilizar barracões industriais para estruturar
202 os centros públicos de economia solidária? A mesma expressa preocupação de que a
203 estrutura de barracões industriais, que geralmente está localizada em bairros industriais,
204 pode não ser adequada para os centros públicos. Conselheira Tania menciona um
205 barracão do qual faz parte, localizado no Xaxim, que lida apenas com produtos
206 orgânicos, excluindo artesanato e formação. Ela levanta a questão da viabilidade dessa
207 proposta para abranger as diversas dimensões da economia solidária, conselheira Neto
208 responde esclarecendo que não mencionou a colocação dos centros públicos nos
209 barracões industriais. Sua orientação foi que a equipe conversasse com a equipe do
210 Secretário Ricardo Barros sobre a fonte de financiamento. O mesmo cita a fala da
211 Diretora Adriana Kampa, que relatou que seria feita uma consulta com a Paraná Investe,
212 seguindo um caminho semelhante ao feito pela Secretaria do Secretário Ricardo Barros,
213 onde conseguiram agregar emendas parlamentares federais. Quanto ao
214 questionamento sobre cargos em comissão, Neto esclarece que se refere à legalidade
215 do cargo em comissão, que exige dedicação exclusiva durante o horário de trabalho e
216 participação em reuniões. Ele enfatiza que não é um questionamento afrontoso, mas
217 sim uma solicitação para que a Presidente Suelen, juntamente com o jurídico da
218 Secretaria do Trabalho, analise a legislação da economia solidária no Paraná. O objetivo
219 é garantir que todos possam agir dentro da lei, tratando-se de uma questão de
220 legalidade. Conselheira Rosangela pede para que seja abordado o assunto da alteração
221 do decreto. Presidente Suelen responde que a alteração do decreto está na sequência
222 da pauta e será abordada em breve. **Item 3.** Presidente Suelen dá início a pauta que trata
223 do **tempo de mandato dos conselheiros**, especialmente a necessidade de renovar o
224 decreto de mandato, que expirou. Na reunião com o doutor Olímpio, ficou acordado
225 que seria necessário reunir a ata da eleição da coordenação do fórum, ata do fórum que
226 indicou os conselheiros e um ofício assinado. Esses documentos são essenciais para a
227 edição do novo decreto, a mesma relata que foi solicitada em reunião a possibilidade de
228 um decreto de dois anos, mas, devido a preocupações com o alinhamento do tempo da
229 presidência e do mandato dos conselheiros, ficou acordado que ambos terminariam em
230 10/10/2024. A solicitação de prorrogação do decreto será encaminhada juntamente
231 com a documentação assim que for recebida do fórum. Presidente Suelen acrescenta
232 que a conselheira Tania está elaborando a ata da reunião, que será enviada com as
233 assinaturas de todos os participantes para finalizar o decreto. Conselheira Maria Luisa
234 levantou duas dúvidas relacionadas à coleta de assinaturas de todos os presentes na

CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR
ATA da 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

235 reunião para a elaboração da ata. Ela questiona como realizar esse processo,
236 especialmente considerando que algumas pessoas podem ter dificuldades com o acesso
237 à internet, a mesma sugere a possibilidade de utilizar a assinatura eletrônica
238 reconhecida e gratuita via Sou Gov, também pergunta se é necessária a assinatura de
239 todos os participantes da reunião. Ela se compromete a realizar uma reunião online com
240 tutorial caso seja necessário. Presidente Suelen sugere que a assinatura pode ser feita
241 por digital. Suplente Amanda menciona que é feito no formato digital e sugere que seja
242 feito pelo gov.br ou a assinatura física no dia de outra reunião que o integrantes
243 estiverem presentes. Entende a preocupação da Conselheira Maria Luisa que está
244 relacionada ao levantamento das assinaturas, e relata que pode demandar tempo para
245 recolher as assinaturas. Maria Luisa levanta outra questão sobre o decreto,
246 questionando se ele prorrogará a posse anterior. Além disso, ela indaga se não haverá
247 impedimento para que, na próxima eleição, o fórum indique antes do dia 10/10/2024,
248 permitindo que todas as entidades de apoio que estão atualmente possam se
249 candidatar na eleição. A mesma destaca a regra de mais dois mandatos e sugere que, as
250 reuniões deliberativas e descentralizadas possam ocorrer a partir da regularização desse
251 decreto que levará entorno de vinte a trinta dias para sair conforme dito em reunião. Ela
252 relata que ficou acordado na reunião que, antes do dia 10/10/2024, é necessário realizar
253 a eleição e a indicação dos membros da sociedade civil, bem como a eleição da nova
254 mesa diretiva, que terá presidente, vice presidente, entidade de apoio e
255 empreendimento. Presidente Suelen destaca que, de acordo com o que foi acordado na
256 reunião, a ata precisa ser enviada devidamente assinada, conselheira Fátima menciona
257 que há uma informação incorreta no site em relação ao prazo da mesa diretiva,
258 indicando que essa gestão se estenderá até 2025, presidente Suelen indica que a
259 comunicação pode ter subido a eleição da Secretaria do Trabalho, e a Suplente Amanda
260 verificará essa questão. Conselheira Fátima esclarece que, em relação às assinaturas na
261 ata, não é necessário que todos os presentes assinem. Ela menciona a comprovação por
262 meio da gravação do 8º encontro, que está sendo encaminhada para a SETR (Secretaria
263 de Estado do Trabalho), e sugere que, para facilitar o relato do encontro, constem as
264 datas, a quantidade de pessoas presentes, os macros e a representação dos fóruns
265 regionais. A assinatura poderá ser feita pela própria comissão de organização do
266 encontro, que foi constituída pela gestão anterior ao fórum. Presidente Suelen informa
267 que a Conselheira Tania, em conversa com a Suplente Amanda, irá auxiliá-la no
268 encaminhamento da gravação. Ela reforça o compromisso da equipe em dar
269 encaminhamento a essa questão e em conversar com o Diretor Geral Kevin sobre a
270 situação. A Presidente destaca que, na reunião anterior, não tinham conhecimento da
271 dificuldade em coletar as assinaturas de todos Conselheiros. Conselheira Tania aborda a
272 necessidade de apresentar as cartas de substituição dos suplentes junto com as atas do
273 fórum. A Suplente Amanda explica que, na primeira indicação, não possuem essa carta,

CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR
ATA da 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

274 mas têm cartas de substituição encaminhadas pelo fórum e pela Caritas. Conselheira
275 Maria Luisa menciona que ficou acordado enviar a ata da reunião em que houve a
276 indicação da coordenação executiva, juntamente com o conselho e o ofício enviado por
277 e-mail que segundo ela foi extraviado no processo da SEJUF para a Secretaria do
278 Trabalho, ambos assinados pela secretaria executiva. Presidente Suelen destaca que
279 tem o ofício, mas ele está sem assinatura, Conselheira Maria Luisa menciona a
280 necessidade de assinatura no termo de posse, ressaltando que ainda não assinou
281 devido ao encerramento de seu período como suplente. Suplente Amanda indica a
282 necessidade de consultar o jurídico para regularizar a gestão antes de proceder com a
283 assinatura. Conselheira Rosangela expressa sua preocupação com a tramitação e
284 legalização da sociedade civil, mencionando a necessidade de organização para uma
285 conferência extraordinária nacional na área de economia solidária. Ela destaca a
286 incerteza em relação aos prazos da prorrogação da nova gestão, indicando que os
287 empreendimentos podem sofrer impactos devido aos prazos estabelecidos para a
288 realização da conferência. Amanda destaca que não foi enviado nenhum informativo
289 pela SENAES. Conselheira Rosangela menciona que o Conselho Nacional tem as datas
290 para a conferência e destaca a importância de ter informações sobre o Conselho
291 Estadual para participar desses eventos. Suplente Amanda solicita um ofício do fórum
292 Nacional com as eventuais datas e a Presidente Suelen responde que necessita da
293 documentação do Fórum Estadual para editar ou prorrogar o novo decreto. O
294 Conselheiro Edson se compromete a encaminhar a convocação nacional da conferência
295 assim que a receber, conselheira Rosangela fala que pontuou essa informação porque
296 não tem como dialogar debater e construir as datas sem saber como ficará o conselho,
297 presidente Suelen responde que necessita da documentação do Fórum Estadual para
298 editar ou prorrogar o novo decreto. **Item 4. Calendário.** Presidente Suelen menciona
299 que a legalidade para pagar as diárias dos conselheiros depende do mandato e do
300 decreto dos conselheiros. Ela sugere que a definição do calendário para as reuniões
301 descentralizadas e mostras seja adiada para a próxima reunião, e que a próxima reunião
302 ocorra em Curitiba, no mesmo formato. Conselheiro Rodriano pergunta sobre a reunião
303 anterior e a convocação, questionando por que não recebeu o convite para participar,
304 Presidente Suelen responde que o gabinete do secretário foi avisado pela assessoria do
305 doutor Olímpio, e o doutor Olímpio foi procurado pelos representantes da sociedade
306 civil, incluindo Maria de Fátima, Tania, Maria Luisa e Rosangela. Suelen menciona que
307 nas próximas reuniões do fórum, o Governo pretende participar. Será encaminhado um
308 ofício ao fórum solicitando a participação do governo nas reuniões. Conselheiro Edson
309 sugere que, em relação à conferência, seja formada uma comissão para que algumas
310 providências possam ser tomadas antes da próxima reunião, tendo concordância de
311 todos os conselheiros. **Encerramento.** Esgotada a pauta, a presidente **Suelen Gliniski**

CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR
ATA da 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

312 **Rodrigues dos Santos** deu por encerrada às 16:01hrs a 17ª Reunião Ordinária do CEES
313 e eu, **Thalita Renata de Oliveira**, lavrei o presente ata. Curitiba, 20 de fevereiro de 2023.